

# “MEU IMPERADOR E SEU REI”: SÁTIRO MARIANO LEITÃO. O BATALHÃO DOS VOLUNTÁRIOS ACADÊMICOS DE COIMBRA E A DEFESA DE D. PEDRO I EM PORTUGAL (1826-1828)<sup>1</sup>

KELLY ELEUTÉRIO MACHADO OLIVEIRA\*  
 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO -  
 SÃO PAULO - SÃO PAULO - BRASIL



## RESUMO

Ainda que esta pesquisa faça parte de um projeto mais amplo, nosso objetivo neste artigo é discutir a formação do Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra em dois momentos: em 1826, no contexto dos levantes contra a Carta Constitucional e, posteriormente, em 1828, quando d. Miguel deu o último golpe instituindo um regime contrarrevolucionário em Portugal. Partindo da análise do Livro Mestre do Batalhão Acadêmico, de cartas, de memórias, de requerimentos e da documentação reunida no fundo da Intendência Geral de Polícia, enfatizaremos o alistamento dos estudantes brasileiros naquele Batalhão. Em nome do liberalismo, portugueses e brasileiros defenderam, em Portugal, a Carta Constitucional e a legitimidade de d. Pedro e sua descendência ao trono português. Contudo, nem mesmo a defesa comum do liberalismo foi capaz de apagar as rivalidades, os ressentimentos e os conflitos que marcaram as complexas relações entre o “ser brasileiro” e o “ser português”. É o que nos mostram as cartas, escritas no exílio na Inglaterra, do estudante maranhense Sátiro Mariano Leitão.

**Palavras-chave:** Sátiro Mariano Leitão; batalhão dos voluntários acadêmicos de Coimbra; brasileiros e portugueses.

## ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the formation of the Academic Volunteer Battalion of Coimbra at two points in time: in 1826, in the context of the uprisings against the Constitutional Charter, and later, in 1828, when Miguel carried out his final coup, establishing a counter-revolutionary regime in Portugal. Starting from the analysis of the Academic Battalion's Master Book, letters, memoirs, requests and documentation gathered from the General Police Superintendency's Office, we will highlight the participation of Brazilian students enlisted in the Battalion. In the name of liberalism, Portuguese and Brazilians in Portugal defended the Constitutional Charter and the legitimacy of Pedro and his descendants to the Portuguese throne. However, not even the common defense of liberalism was able to erase the rivalries, resentments and conflicts that marked the complex relations between “being Brazilian” and “being Portuguese”. The letters written in exile in England by the student from Maranhão, Sátiro Mariano Leitão, show this.

**Keywords:** Sátiro Mariano Leitão; academic volunteer battalion of Coimbra; Brazilians and Portuguese.

<sup>1</sup> Esta pesquisa contou com o financiamento da Fapesp no âmbito do projeto (2020/04701-7). Este artigo é uma versão ampliada e traduzida de OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. «Brazilian students in Coimbra: The Academic volunteer Battalion and the defense of liberalism in Portugal (1826-1828)», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Colóquios, posto online no dia 21 junho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/96200>.

\* Pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Email: [kellyeleuteriom@gmail.com](mailto:kellyeleuteriom@gmail.com).

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir la formación del Batallón de Voluntarios Académicos de Coimbra en dos momentos: en 1826, en el contexto de los levantamientos contra la Carta Constitucional, y más tarde, en 1828, cuando el rey Miguel asestó el golpe final estableciendo un régimen contrarrevolucionario en Portugal. A partir del análisis del Libro Mayor del Batallón Académico, de cartas, memorias, peticiones y documentación recogida en la Comisaría General de Policía, haremos hincapié en el alistamiento de estudiantes brasileños en dicho Batallón. En nombre del liberalismo, portugueses y brasileños en Portugal defendieron la Carta Constitucional y la legitimidad de Pedro y sus descendientes al trono portugués. Sin embargo, ni siquiera la defensa común del liberalismo fue capaz de borrar las rivalidades, resentimientos y conflictos que marcaban las complejas relaciones entre «ser brasileño» y «ser portugués». Esto es lo que nos muestran las cartas, escritas en el exilio en Inglaterra, del estudiante de Maranhão Sátiro Mariano Leitão.

**Palabras clave:** Sátiro Mariano Leitão; batallón de voluntarios académicos de Coimbra; brasileños y portugueses.

## INTRODUÇÃO

O alistamento de brasileiros e portugueses no Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra, na segunda metade da década de 1820, é um bom exemplo daquilo que os historiadores Gabriel Paquette e Matthew Brown<sup>2</sup> vêm afirmando: a persistência da influência mútua entre Portugal e Brasil após a independência da ex-colônia portuguesa na América. Propondo que se considere as conexões transatlânticas após o colonialismo, muitas vezes negligenciadas por uma historiografia nacional, os autores defendem que a desagregação dos impérios ibéricos não foi marcada unicamente por rupturas, mas, antes, por continuidades. A constituição do Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra nos anos de 1826 e 1828 certamente pode ser considerada uma dessas permanências.

Unidos, brasileiros e portugueses, defenderam o liberalismo e a legitimidade de d. Pedro e sua descendência ao trono português. Contudo, a dura experiência do exílio político, consequência do malogro da Revolução Liberal de 1828 e da violência do regime instituído por d. Miguel, ainda que tenha fortalecido a ideologia liberal, também sobrelevou os ressentimentos e as identidades políticas em construção. Como veremos, as cartas de Sátiro Mariano Leitão e

<sup>2</sup> BROWN, Matthew e PAQUETTE, Gabriel. *Connections after colonialism: Europe and Latin America in the 1820s*. Alabama: The University of Alabama Press, 2013.

as respostas que elas suscitaram nos permitem fazer algumas considerações sobre, de um lado, o antibrasilianismo em Portugal, e do outro, o antilusitanismo no Brasil.

Para a historiadora Gladys Ribeiro, o antilusitanismo não deve ser compreendido como uma manifestação do sentimento nacional. Ele se configurou como uma rivalidade amparada, sobretudo, nas questões do cotidiano, na busca e competição por trabalho<sup>3</sup>. Não existia nesse contexto, década de 1820, “uma identidade nacional brasileira”. Essa unidade só se consolidaria em meados do oitocentos<sup>4</sup>. Portanto, a distinção entre portugueses e brasileiros estava em transformação e foi, aos poucos, se politizando e se radicalizando. Acreditamos que a disputa pelo trono em Portugal contribuiu para reforçar a polarização e os antagonismos.

Na conjuntura acelerada das guerras de independência no Brasil (1822-1824), o “ser brasileiro” ainda se confundia com o “ser português”, a distinção era, sobretudo, geográfica e não política. Como defenderam István Jancsón e João Paulo Pimenta<sup>5</sup> eram todos (com exceção dos escravizados e das populações indígenas) portugueses da América. Ainda assim, essas guerras contribuíram para acirrar as diferenças e mobilizar vocábulos com forte teor identitários.

A Constituição brasileira de 1824 ampliou as definições ao afirmar que “eram cidadãos” brasileiros, entre outros, os que tinham nascido em Portugal e em suas possessões, desde que residentes no Brasil e, sobretudo, desde que aderissem à causa da independência (título 2, artigo 6º). Contudo, definir critérios de nacionalidade, como fez a Constituição, não significou o reconhecimento imediato dessa identidade. Como afirmou Sérgio Buarque de Holanda<sup>6</sup>: Estado e nação não nasceram juntos. E a nação brasileira foi se constituindo a partir de várias oposições (e também de apropriações). Uma delas foi a necessidade de se distinguir do “universo” português.

<sup>3</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

<sup>4</sup> PIMENTA, João Paulo. *Formação da Nação Brasileira*. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

<sup>5</sup> JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de história das ideias*. Coimbra, v.21, p.389-440, 2000.

<sup>6</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *O Brasil Monárquico*. O processo de emancipação. Tomo II, v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 13-47.

Este artigo está dividido em três seções para além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, discutiremos o golpe político de d. Miguel em 1828 e o reconhecimento internacional do regime por ele instituído. Posteriormente, investigaremos a formação do Batalhão Acadêmico de Coimbra. Mais do que aventar projetos de união entre Brasil e Portugal, acreditamos que portugueses e brasileiros integraram uma internacional liberal e antimiguelista. Uniram-se pela defesa do liberalismo e do constitucionalismo. Por fim, na última seção, destacaremos a trajetória do estudante maranhense Sátiro Leitão. A experiência do deslocamento forçado para a Inglaterra e as péssimas condições de vida às quais os acadêmicos de Coimbra foram submetidos reforçaram as dissensões e as rivalidades entre portugueses e brasileiros.

A pesquisa sobre os estudantes brasileiros alistados no Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra e o exílio liberal português insere o Brasil nos quadros mais amplos da resistência à contrarrevolução na Europa apontando, ainda, de um lado, a permanência de vínculos entre Brasil e Portugal avançado o século XIX e, do outro, o longo e violento processo de construção do Estado, da nação e de uma identidade nacional brasileiros.

## O GOLPE POLÍTICO DE D. MIGUEL

Em julho de 1828, frente às Cortes Tradicionais do Reino, d. Miguel consolidou o golpe político e a usurpação do trono português. Estabeleceu-se em Portugal um regime persecutório, violento, sustentado na defesa da religião católica e da tradição, na crença no direito divino dos reis, em uma visão providencialista da história e na aversão a tudo que fosse estrangeiro. Seus adeptos se amparavam em um discurso cuja tópica era a do “retorno à antiga ordem”, da “volta ao absolutismo”. Contudo, como afirmou Andréa Lisly Gonçalves, a suposição de que seria possível restabelecer o antigo regime não passava de uma estratégia, “mais ou menos deliberada, de buscar conferir o *status* de defesa da tradição, em um contexto varrido pelas revoluções liberais”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. *A nostalgia por um mundo no qual a ordem reinava soberana: Antigo Regime e contrarrevolução na época das restaurações (c. 1790-1840)*. In: VILLALTA, Luiz Carlos, ANTUNES, Álvaro de Araújo e CICCIA, Marie-Noelle (orgs.). *A globalização das luzes*. Niterói: Eduff, 2022, p. 231.

O regime imposto a Portugal por d. Miguel foi oficialmente reconhecido pela Espanha, pela Santa Sé e pelos Estados Unidos. O apoio da Espanha possivelmente se amparou nos laços familiares entre os irmãos Carlota Joaquina e Fernando VII. A atitude dos Estados Unidos, uma República, pode, à primeira vista, causar surpresa. Contudo, uma análise mais detida da sua política naval indica as possíveis motivações para o apoio ao regime de d. Miguel. Para Oliveira Lima<sup>8</sup>, o ministro americano, Thomas L. L. Brent, baseava-se em um princípio diplomático de reconhecimento dos governos de fato e não de direito. Seu temor era o de que a Inglaterra estendesse sua influência aos Açores e à Madeira obstaculizando a circulação da marinha americana. A navegação era tão importante para os Estados Unidos que dos 505 navios mercantes que em 1827 fundearam no porto do Rio de Janeiro, 266 eram ingleses e 151 americanos. Assim, para Oliveira Lima, os Estados Unidos eram indiferentes à questão da legitimidade da sucessão. O que, de fato, lhes interessava era favorecer a completa separação dos interesses entre Brasil e Portugal<sup>9</sup>.

Ainda que a Santa Sé, os Estados Unidos e a Espanha tenham reconhecido o regime de d. Miguel, é importante mencionar que entre as 14 legações que mantinham relações com Portugal durante a vigência da Carta Constitucional, nenhuma se manteve depois da convocação dos Três Estados, em maio de 1828, pelo irmão mais novo de d. Pedro I do Brasil. Segundo Daniel Protásio<sup>10</sup>, oficiosamente, foram mantidos diplomatas em várias capitais europeias e sustentadas relações consulares com vários estados, entre eles, o Brasil. Não houve, segundo o autor, qualquer menção formal do czar russo, do sultão do Marrocos, da Corte de Nápoles e do Reino da Sardenha-Piemonte em apoiar d. Miguel.

Diante do quadro descrito por Daniel Protásio devemos considerar que a legitimidade do regime miguelista se sustentou mais interna do que externamente. Contudo, como veremos, ela também seria questionada internamente. Foi o que nos mostrou a atuação do Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra em 1828 quando irrompeu a Revolução Liberal no norte

---

<sup>8</sup> LIMA, Oliveira. *D. Miguel no trono (1828-1833)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

<sup>9</sup> (LIMA, 1933, p. 24)

<sup>10</sup> PROTÁSIO, Daniel Estudante. *A diplomacia de D. Miguel e a polêmica dos bloqueios navais (1828-1834)*. Memórias. Lisboa: Academia da Marinha, p.353-365, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/43212> acessado em julho de 2023.

de Portugal e também no Algarve. Para Rui Cascão<sup>11</sup>, tratou-se de um episódio crucial no processo global de implantação do liberalismo em Portugal.

O movimento antimiguelista foi encabeçado por uma Junta bastante heterogênea, o que certamente contribuiu para a falta de consenso entre seus membros. O insucesso do movimento liberal, para Antônio Cardoso<sup>12</sup>, deve ser atribuído à passividade da Junta que concentrando seus esforços no Porto deixou os miguelistas livres para armarem a população a seu favor. Dissolvida no dia 2 de julho, o resultado mais imediato foi, além da fuga daqueles que a encabeçaram e do fortalecimento da repressão miguelista<sup>13</sup>, a atribulada retirada de portugueses e brasileiros pela Galiza, no maior exílio político do oitocentos<sup>14</sup>.

Especificamente sobre o deslocamento forçado, Pedro Dias, em sua memória, escrita em finais do século XIX, intitulada “Subsídios para a História Política do Porto”, fez uma leitura sugestiva sobre o exílio marcando uma percepção que encontrará eco na historiografia portuguesa dos séculos XX e XXI. Segundo o autor, a derrocada do movimento liberal “com as suas tristes, mas fecundas consequências” extremou as perseguições, as mortes e as prisões produzindo a emigração, sem a qual d. Miguel teria reinado tranquilo em Portugal porque “sem ela não seria possível a defesa da Terceira (a ilha), nem haveria exército libertador, nem, por conseguinte, o trono constitucional de d. Maria II poderia ser restaurado por seu pai, o duque de Bragança”<sup>15</sup>. Assim, o exílio<sup>16</sup> traduziu-se numa autêntica mobilização que, certamente, favoreceu a primeira geração do liberalismo em Portugal.

<sup>11</sup> CASCAO, Rui. A revolta de maio de 1828 na Comarca de Coimbra. Contribuição para uma sociologia da Revolução Liberal. *Revista de História das Ideias*, n. 7, p.111-153, 1985. Disponível em: [https://www.academia.edu/69535565/A\\_revolta\\_de\\_Maio\\_de\\_1828\\_na\\_comarca\\_de\\_Coimbra\\_contribui%C3%A7%C3%A3o\\_para\\_uma\\_sociologia\\_da\\_revolu%C3%A7%C3%A3o\\_liberal](https://www.academia.edu/69535565/A_revolta_de_Maio_de_1828_na_comarca_de_Coimbra_contribui%C3%A7%C3%A3o_para_uma_sociologia_da_revolu%C3%A7%C3%A3o_liberal) acessado em maio de 2023

<sup>12</sup> CARDOSO, Antônio Manuel Monteiro. *A revolução liberal em Trás-os-Montes (1820-1834)*. Povo e elite. Porto: Afrontamento, 2007.

<sup>13</sup> LOUSADA, Maria Alexandre e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *D. Miguel*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

<sup>14</sup> O Brasil foi um dos destinos desses emigrados. GONÇALVES, Andréa Lisly e SILVA, Luiz Gustavo Martins. A contrarrevolução miguelista e o exílio político liberal: Portugal e Brasil (1828-1834). *Almanack*, (36). Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/15583> acessado em maio de 2024.

<sup>15</sup> DIAS, Pedro. *Subsídios para a História Política do Porto (1823-1828)*. Porto: Typographia Central, 1896, p.82.

<sup>16</sup> No Brasil, o tema do exílio político liberal português vem sendo estudado, entre outros, por: GONÇALVES, Andréa Lisly. Liberalismo, contrarrevolução e exílio político no reinado de d. Miguel: Portugal e Brasil (1828-1834). In: *A Revolução de 1820. Leituras e Impactos*. Miriam Halpern Pereira (Et al.) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022, p. 255-268 e SILVA, Luiz Gustavo Martins da. *Entre penas e impressos: a experiência política dos liberais na Europa e no Brasil (1826-1837)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

No que diz respeito às relações entre brasileiros e portugueses, a experiência do exílio e a precariedade das condições de vida às quais, sobretudo, os estudantes foram submetidos acabou por reforçar as dissensões políticas entre os liberais e também as distinções identitárias ainda que, antes disso, muitos estudantes tenham deixado a Universidade de Coimbra sob a alegação de terem sido perseguidos “por serem brasileiros”. É o que nos mostra o requerimento assinado por Antônio Gomes Villaça, Francisco de Sousa Martins, Joaquim Franco de Sá, Joaquim José Ribeiro Froes, João Antônio de Vasconcelos, Antônio Joaquim Monteiro Sampaio e Sérgio Teixeira de Macedo. Dizendo-se “então perseguidos, como brasileiros, e sem nenhuma esperança de poderem ultimar a sua carreira literária” e “fiéis seguidores das novas instituições que Vossa Majestade Imperial como legítimo soberano havia por bem outorgado ao povo português”<sup>17</sup>, solicitavam seu retorno ao país e que fossem admitidos no curso jurídico em Olinda. Voltaram para o Brasil. Aqueles que ficaram em Portugal, como veremos, acabaram trilhando outros caminhos.

## **O BATALHÃO DOS VOLUNTÁRIOS ACADÊMICOS DE COIMBRA E A DEFESA DO LIBERALISMO EM PORTUGAL**

A morte de d. João VI, em março de 1826, e a outorga da Carta Constitucional a Portugal, por d. Pedro, impactaram os dois lados do Atlântico. Para Gabriel Paquette (2013), a atitude do Imperador do Brasil demonstrou sua aspiração em reunir Brasil e Portugal. Essa interpretação não é, contudo, consenso na historiografia. As condições para uma reunificação formal, para um retorno ao império luso-brasileiro não estavam mais postas e d. Pedro I sabia disso. Tanto que a solução encontrada foi garantir a Coroa para sua filha, Dona Maria da Glória.

A outorga da Carta a Portugal causou um “desequilíbrio” na Europa “das restaurações”. A Santa Aliança (Espanha, Áustria, Prússia e Rússia) “estremeceu”. A Inglaterra, ainda que tenha mantido um posicionamento dúbio, de aparente neutralidade, pareceu estar preocupada com o envolvimento do Brasil nos negócios de Portugal. Talvez porque acreditasse que as colônias africanas pudessem se aproximar do Império brasileiro, o que, possivelmente,

<sup>17</sup> Biblioteca Nacional do Brasil. *Representação dos estudantes de direito da faculdade de Coimbra que pretendem continuar os estudos em Olinda por serem brasileiros*. Manuscritos. Coimbra-Rio de Janeiro: (s.n), 1828.

reforçaria o tráfico de escravizados. Essa hipótese não passou despercebida ao historiador Gabriel Paquette<sup>18</sup>. Para ele, ao reservar o direito de sucessão para seus herdeiros, d. Pedro tinha como objetivo incorporar as colônias de Portugal na África, particularmente Angola, ao Império do Brasil.

Como se sabe, quando da Independência, o comércio de escravizados da África para o Brasil estava em seu auge, mas enfrentava forte oposição da Grã-Bretanha. Pressão que já vinha de antes, desde pelo menos o apoio na saída da família real de Portugal em 1807. Contrapartidas nesse sentido foram consideradas em 1810, 1815 e 1817, esbarrando-se sempre na força da escravidão e do tráfico, elementos constitutivos da construção do Estado nacional no Brasil. A Convenção assinada em novembro de 1826, que estabelecia o prazo de três anos para o fim do tráfico transatlântico, foi, certamente, um resultado efetivo daquela pressão. Possivelmente, a querela pelo trono português reforçou ainda mais a necessidade da assinatura dessa Convenção entre Brasil e Inglaterra. Assim, a disputa pelo trono em Portugal envolveu muitas questões e o tráfico transatlântico parece ter sido uma delas<sup>19</sup>.

No Portugal continental a outorga da Carta Constitucional endossou as disputas que levaram ao fortalecimento da contrarrevolução encabeçada por d. Miguel que, enfim, instaura, em 1828, um regime persecutório e violento como já dissemos. No Brasil, a atitude do imperador agudizou a crise política na qual estava imerso. Acusado de absolutista, de ambicioso e de envolver fundos numa guerra alheia aos interesses do Império do Brasil, d. Pedro viu crescer a oposição ao seu governo, o que, no limite, forçou a sua abdicação em 1831. Sendo assim, longe de se restringir ao reino, o conflito em Portugal ganhou, na análise dos historiadores portugueses Paulo Fernandes e Pedro de Almeida<sup>20</sup>, contornos internacionais.

Foi durante os levantes miguelistas contrários à Carta Constitucional que, em finais de 1826, formou-se o Batalhão de Voluntários Acadêmicos de Coimbra. Ao contrário do que

---

<sup>18</sup> PAQUETTE, Gabriel. *Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions: the Luso-Brazilian world, c. 1770–1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

<sup>19</sup> A relação entre a disputa pelo trono em Portugal, o tráfico transatlântico de escravizados e o envolvimento dos estudantes brasileiros no Batalhão Acadêmico foi desenvolvida em outro artigo ainda no prelo.

<sup>20</sup> FERNANDES; Paulo Jorge e ALMEIDA, Pedro Tavares. A Carta Constitucional outorgada em 1826. In: *O parlamento português*. Antigo regime e monarquia constitucional. Lisboa: Assembleia da República, 2023.

afirmou Rui Casção<sup>21</sup>, a atuação do Corpo estudantil, ainda que ideológica, não foi de longe unicamente simbólica. Com armas nas mãos, os estudantes, amparados em um princípio que Ana Cristina Araújo<sup>22</sup> chamou de “patriotismo acadêmico”, tiveram um papel importante na luta contra as guerrilhas miguelistas empenhadas na supressão da Carta Constitucional e na defesa d. Miguel. Contribuíram para a vitória, momentânea, das forças liberais nos anos de 1826 e 1827<sup>23</sup>.

Não era a primeira vez, e nem seria a última<sup>24</sup>, que um Batalhão chamado “de Voluntários Acadêmicos de Coimbra” se formava. O Corpo reunido em 1826 era, certamente, herdeiro de um ativismo político que remontava à guerra contra as tropas francesas comandadas por Junot quando se constituiu o primeiro Batalhão Acadêmico. O Corpo de 1808, que reuniu mais de 700 estudantes, incluindo também professores, atuou na defesa do território, no policiamento e no desenvolvimento de uma imprensa combativa a exemplo do jornal *A Minerva Lusitana* (1808-1811).

Em 1826, alistaram-se no Batalhão dos Acadêmicos de Coimbra 411 estudantes, em sua grande maioria portugueses<sup>25</sup>. A eles se juntaram 42 brasileiros, provenientes das províncias do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão. Com exceção de três estudantes cujas informações não conseguimos localizar (Antônio Pimentel, José Alves da Silva e José Pedroso d’Albuquerque), vinte e quatro, dos trinta e nove listados, se matricularam em Coimbra no contexto das guerras de independência no Brasil entre os anos de 1822 e 1824<sup>26</sup>.

<sup>21</sup> (CASCÃO, 1985).

<sup>22</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. A legião de Minerva e o patriotismo acadêmico. In: *Resistência patriótica e Revolução Liberal (1808-1820)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022.

<sup>23</sup> VALENTE, Vasco Pulido. Os levantamentos «miguelistas» contra a Carta Constitucional (1826-1827). *Análise Social*, vol.30, p. 631-651, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41011111> acessado em agosto de 2023.

<sup>24</sup> SERRÃO, Joel. Batalhões Acadêmicos. *Dicionário de História de Portugal*. Vol.1. Lisboa: Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso e Moita, 1963.

<sup>25</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Apologia dirigida à Nação portuguesa para plena justificação do corpo de voluntários acadêmicos do ano de 1826 contra as falsas e caluniosas imputações forjadas ao mesmo corpo pelos inimigos do senhor D. Pedro IV e a Carta Constitucional*. Coimbra: Imprensa de Trovão e Companhia, 1827.

<sup>26</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra. *Certidões de idade (1772-1833)*.

A grande maioria deles, dezessete, era natural da capitania/província da Bahia destacando-se, ainda, as matrículas no curso de Direito. Eram os jovens estudantes que comporiam em breve os quadros da elite política imperial brasileira, uma elite coimbrã como a descreveu José Murilo de Carvalho<sup>27</sup>. Não se tratava, contudo, de um grupo social homogêneo. O perfil dos estudantes variava: alguns, a exemplo do pernambucano Estevão Xavier da Cunha, tiveram sua estadia na Universidade de Coimbra subsidiada por pensão<sup>28</sup>; outros eram membros de famílias abastadas. Esse era o caso do baiano Francisco Gonçalves Martins cuja fortuna se assentava no altamente lucrativo negócio do tráfico de escravizados<sup>29</sup>. Socialmente distintos, a experiência no Batalhão Acadêmico os reuniu.

O Batalhão Acadêmico foi novamente convocado em maio de 1828 já durante a eclosão da Revolução Liberal do Porto. O cenário era distinto daquele de 1826. Não se tratava mais de boatos de que d. Miguel seria aclamado rei absoluto; o golpe estava sendo concertado numa aliança entre o “trono e o altar”, sem desconsiderar a adesão dos setores populares da sociedade que, a essa altura, já era bastante significativa como discutido por Maria Alexandre Lousada<sup>30</sup>. Para além do Batalhão de Voluntários Acadêmicos de Coimbra, é importante mencionar que a Junta do Porto conseguiu reunir, segundo Antônio Cardoso<sup>31</sup>, 28 Batalhões dos Voluntários de d. Pedro IV e de d. Maria II em diversas comarcas; logo, como se vê, os batalhões de voluntários foram, sem dúvida, importantes aliados do Exército Constitucional funcionando ainda como forças contraguerrilhas<sup>32</sup>.

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo (Org.). *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

<sup>28</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Registro pelo qual sua mãe, Maria Jerônima Xavier, pede que a Intendência Geral de Polícia continue a pagar a mesada para que seu filho possa se formar em medicina em Coimbra. Ver: <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=8011356> acessado em agosto de 2023.

<sup>29</sup> WILDBERGER, Arnold. *Os Presidentes da Província da Bahia: efetivos e interinos 1824-1889*. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1949.

<sup>30</sup> LOUSADA, Maria Alexandre. Entre tradição e modernidade: a cultura política contrarrevolucionária em Portugal, 1820-1834. In: *A Revolução de 1820. Leituras e Impactos*. Miriam Halpern Pereira (Et al.) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022, p. 195-214.

<sup>31</sup> (CARDOSO, 2007).

<sup>32</sup> É importante ressaltar que d. Miguel também criou, em 1828, os Batalhões de Voluntários Realistas. Certamente inspirados no modelo espanhol, esses Batalhões serviram como “polícia” miguelista em âmbito local reforçando a natureza violenta do regime. Sobre os Batalhões de Voluntários Realistas na Espanha ver: RÚJULA, Pedro. *Contrarrevolución, Realismo y Carlismo en Aragón y el Maestrazgo, 1820-1840*. Zaragoza: Prensas Universitarias, 1998.

Comparado numericamente ao Batalhão de 1826, o Batalhão de 1828 apresentou mudanças significativas. Alistaram-se apenas 144 estudantes dos quais seis eram brasileiros<sup>33</sup>. Dos 144, 115 haviam pertencido também ao Batalhão de 1826 e nove deles foram condenados à morte pelo crime de assassinato dos lentes da Universidade de Coimbra<sup>34</sup>. Os dados apresentados nessa relação divergem daqueles anotados nas memórias, datadas de finais do século XIX, de Luz Soriano<sup>35</sup>, um dos voluntários acadêmicos de Coimbra. Segundo ele, 200 estudantes se alistaram como “corpo regular” na Revolução Liberal do Porto e que, com o seu desbaratamento, muitos deles se dispersaram, uns para as suas casas e outros para diferentes países. Apesar disso, insistiu que ficaram “sempre reunidos” cerca de 80 acadêmicos que só entregaram as armas em 1834 quando da vitória de d. Pedro IV.

As baixas registradas em 1828 podem ser explicadas pela repressão levada a cabo pelas forças miguelistas. Sem dúvida, muitos foram presos. No que diz respeito aos acadêmicos listados como “cidadãos brasileiros”, sabe-se que alguns concluíram o curso e, possivelmente, regressaram ao Brasil. Ainda não se sabe o percurso daqueles que não se formaram. Seus nomes não constam nas listas dos presos políticos do reinado de d. Miguel<sup>36</sup> e nas listas de Serrão Velozo<sup>37</sup>.

<sup>33</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Relação de todos os indivíduos que compuseram o Batalhão de Voluntários Acadêmicos, organizado e armado no ano letivo de 1826 para 1827. Publicada por um dos próprios alistados, em Coimbra, na Imprensa de Trovão e Companhia, 1827. E agora fielmente reimpressa e acrescentada com algumas notas corretivas e ilustrativas.* Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1828. Além dessa relação, ver também: Biblioteca Nacional de Portugal. *Relação das pessoas que notória e indubitavelmente tomaram parte na nefanda rebelião que teve princípio na cidade do Porto em 16 de maio de 1828.* Lisboa: Typografia de Bulhões, 1828.

<sup>34</sup> Os lentes declararam lealdade a d. Miguel. Articulado pelos membros da sociedade secreta denominada Divodignos, o crime foi cometido em março de 1828. Os estudantes foram condenados à morte por enforcamento. TORRALBA, Luís Reis. *Essa palavra liberdade...Revolução Liberal e Contrarrevolução Absolutista (1820-1834)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2021.

<sup>35</sup> SORIANO, Luz Simão José da. *Revelações da minha vida*, e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos. Porto, 1891, p. 189. Disponível em: <https://archive.org/details/revelaesdami00luzs/page/318/mode/2up?q=acad%C3%AAsicos> acessado em maio de 2023.

<sup>36</sup> LIMA, Hugo Pires de. *Processos políticos do Reinado de D. Miguel*. Coimbra: 1972.

<sup>37</sup> VELOZO, Pedro da Fonseca Serrão. *Collecção de Listas que contem os nomes das pessoas, que ficarão pronunciadas nas devassas, e summarios, a que mandou o Governo Usurpador depois da heroica contra-revolução, que arrebetou na mui nobre, a leal Cidade do Porto em 16 de Maio de 1828, nas quaes se faz menção do destino, que a Alçada, creada pelo mesmo Governo para as julgar, deu a cada uma dellas.* Porto: Tipografia de Viúva Alvares Ribeiro & Filmo, 1833.

Sabe-se, contudo, que estudantes brasileiros acompanharam o Exército Constitucional na retirada do Porto. De acordo com as memórias do publicista Joaquim José da Silva Maia, anotadas por seu filho, Emílio da Silva Maia, um dos acadêmicos do Batalhão de Voluntários de Coimbra, havia estudantes entre os 25 brasileiros que acompanharam os emigrados portugueses<sup>38</sup>. O que não significa que todos tenham se alistado no Batalhão Acadêmico<sup>39</sup>. Contudo, entre aqueles que o fizeram, de acordo com as listas de que dispomos, conseguimos localizar os nomes do mineiro Miguel Eugênio Monteiro de Barros<sup>40</sup>, do rio-grandense Joaquim Vieira da Cunha<sup>41</sup>, e dos maranhenses Estevão de Assis e Sousa, José Rodrigues Prego<sup>42</sup> e Sátiro Mariano Leitão<sup>43</sup>. É importante mencionar que alguns estudantes brasileiros continuaram em Coimbra e foram alvos da vigilância constante do Conservador da Universidade como nos mostra o aviso de 24 de outubro de 1828 no qual consta os nomes de 18 deles<sup>44</sup>. Os brasileiros passaram a ser vistos pela repressão como “mal-intencionados”, todos eles tidos como envolvidos com o liberalismo.

<sup>38</sup> MAIA, Joaquim José da Silva. *História da Revolução do Porto em maio de 1828*. Dos emigrados portugueses pela Espanha, Inglaterra, França e Bélgica. Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert, 1841.

<sup>39</sup> Em um requerimento impresso, datado de 1829, escrito pelos Voluntários Acadêmicos de Coimbra, consta que havia em Plymouth 97 estudantes sem fazer distinção entre brasileiros e portugueses. Tratava-se de um documento no qual eles solicitavam melhores subsídios acusando a administração do Depósito dos Emigrados de privilegiar algumas “classes” em detrimento de outras. Ver: *Requerimento feito pelos Voluntários Acadêmicos de Coimbra existentes em Plymouth*. Plymouth, 1829. Disponível em: <https://rnod.bnportugal.gov.pt/rnod/winlibsrch.aspx?skey=5B0296B3E68C499AAA05851B24911A8A&pesq=3&var18=2&var0=dt%20%3E%3D%20%272020-02-01%27&nohist=true&dtype=lista&res=0&var17=0000059&cap=2&pag=66&tpp=9&sort=9> acessado em agosto de 2023.

<sup>40</sup> Arquivo da Torre do Tombo. *Relação dos indivíduos chegados a Plymouth na noite do dia 10 para 11 vindos de Falmouth a bordo do barco movido por vapor*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. MNE. Cx. 161. 33/34. Toda a documentação citada neste texto, referente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi localizada pela historiadora Andréa Lisly Gonçalves a quem agradeço a indicação do Fundo documental.

<sup>41</sup> Arquivo da Torre do Tombo. *Relação nominal dos homens chegados a (?) em 30 de agosto vindos de Ferrol na galera sueca, presentes em Plymouth em 2 de setembro de 1828*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. MNE. Cx. 161. 33/34.

<sup>42</sup> Arquivo da Torre do Tombo. *Relação dos indivíduos chegados a Plymouth no dia 2 de Setembro de 1828, vindos a bordo do barco movido a vapor, saído de Falmouth*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. MNE. Cx. 161. 33/34.

<sup>43</sup> Arquivo da Torre do Tombo. *Relação dos indivíduos pertencentes e adidos à Divisão Portuguesa e que com ela emigraram até este porto de Ferrol, de onde embarcaram para a Inglaterra na embarcação Aurora*. Ferrol, 24 de agosto de 1828. Ministério dos Negócios Estrangeiros. MNE. Cx. 161.33/34.

<sup>44</sup> Arquivo da Torre do Tombo. *Estudantes brasileiros que permaneceram em Coimbra*. Intendência Geral de Polícia, mç 287, outubro de 1828, p. 268.

Contribuiu para reforçar as suspeitas sobre os brasileiros um ofício recebido pelo encarregado da Comissão de Polícia do Porto em agosto de 1828. O registro trazia a notícia de que “tem aparecido muitos brasileiros com laços de sua nação”, possivelmente uma alusão ao tope nacional, um emblema criado em setembro de 1822 por d. Pedro I, causando rumores e que “alguns portugueses por abuso os tem trazido chegando a tal excesso que nos ditos laços intermediaram a cor azul com letras iniciais V. M. 2<sup>a</sup>”<sup>45</sup>. Ao verde e amarelo, alguns portugueses acrescentaram o azul, a cor que simbolizava os liberais, diferentemente do encarnado associado aos miguelistas. Irmanados, brasileiros e portugueses afirmavam, por meio de símbolos e emblemas, os laços de união em defesa de d. Maria da Glória, a futura rainha d. Maria II, em quem d. Pedro I tinha abdicado da coroa.

O insucesso da Revolução de 1828 consolidou a usurpação do trono por d. Miguel e obrigou o Exército Constitucional e os voluntários, entre os quais se incluíam os Voluntários Acadêmicos de Coimbra, ao deslocamento forçado para à Espanha, à Inglaterra, à França, à Bélgica, à Ilha Terceira e ao Brasil. Em Plymouth, na Inglaterra, os estudantes publicaram cartas, proclamações, requerimentos, sátiras etc denunciando as mazelas da travessia e as precárias condições às quais estavam submetidos. De acordo com as memórias de Luz Soriano “de todos os emigrados os mais desfavorecidos pelo governo foram certamente os acadêmicos de Coimbra”<sup>46</sup>. Trocaram os livros pelas armas na defesa obstinada do liberalismo e se viram obrigados a seguir o caminho do exílio português. Foi justamente o que se passou com Sátiro Mariano Leitão.

## SÁTIRO MARIANO LEITÃO: O ALISTAMENTO E A EMIGRAÇÃO FORÇADA

Sátiro Mariano Leitão nasceu em 1804 na freguesia de São Matias, vila de Alcântara, Maranhão<sup>47</sup>. Sabe-se muito pouco sobre sua família e sua vida antes de cruzar o oceano Atlântico. Uma das poucas referências encontradas diz respeito ao seu padrinho de batismo, o

<sup>45</sup> Arquivo da Torre do Tombo. *Correio de 27 de agosto de 1828*. Secretarias e extractos. Intendência Geral de Polícia. Livro 230, p. 140v e 141.

<sup>46</sup> (SORIANO, 1891, p.291).

<sup>47</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra. *Certidão de idade de Sátiro Mariano Leitão*. Certidões de idade (1772-1833). IV.1D, 5, 2, 43.

alferez Raimundo João Diniz que, ao que tudo indica, vivia da produção e do comércio do algodão<sup>48</sup>. Possivelmente, veio daí a ajuda financeira que contribuiu para sustentar o estudante em Coimbra.

As cartas escritas pelo maranhense Sátiro Mariano Leitão, publicadas em Plymouth, Inglaterra, em novembro e dezembro de 1828, podem ser inseridas no esforço que muitos liberais tiveram em constituir, no exílio, uma imprensa que fosse capaz de reforçar a defesa da causa, veicular notícias e combater arbitrariedades<sup>49</sup>. Além de uma forte atividade jornalística, os emigrados elaboraram sátiras, realizaram peças de teatro e se engajaram na atividade de tradução de textos. As missivas de Sátiro Mariano Leitão funcionaram como jornais: informaram, denunciaram e tornaram públicas suas insatisfações pessoais.

O estudante maranhense, além de narrar em detalhes o penoso trajeto dos exilados, desde a cidade do Porto até a Inglaterra, e registrar a miséria a qual estavam submetidos os acadêmicos, deixou entrever as razões que o levaram a se alistar como soldado no Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra. Em primeiro lugar, não devemos desconsiderar que a vivência na Universidade, uma instituição que ainda era considerada por alguns como conservadora, corporativa e clerical, pode ter contribuído para o seu engajamento na causa liberal. Nesse sentido, podem ser esclarecedoras as palavras, de outro estudante do Batalhão de Voluntários Acadêmicos de Coimbra, registradas na “apologia dirigida à Nação portuguesa”, publicada em 1827.

O objetivo da “apologia” era rebater as críticas imputadas ao Batalhão Acadêmico, acusado de roubos e desordens. O estudante, cujo nome não identificamos, expondo os serviços prestados na defesa de Coimbra, nas rondas e nas lutas armadas contra as forças miguelistas comandadas pelo marquês de Chaves, miguelista empedernido, deixou claro que o Batalhão Acadêmico era “amigo do Rei e da Carta”. Sobre a Carta Constitucional, pontuou que, além de servir ao interesse público, ela permitiria a publicação, sem embaraço, de suas (do corpo

<sup>48</sup> Biblioteca Pública Benedito Leite. *Manuscrito 153*. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/> acessado em maio de 2024.

<sup>49</sup> FARIA, Fabio Alexandre. O exílio liberal português de 1828-1832, um fenómeno multidimensional: práticas sociais e culturais. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol.16, 2016, p. 271-292. Disponível em: [https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259\\_16\\_12](https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259_16_12) acessado em agosto de 2023.

estudantil) ideias e atenderia “as fadigas literárias”<sup>50</sup>. Primava-se, portanto, pela liberdade de imprensa e acreditava-se que somente a Carta poderia assegurar reformas no ensino.

O autor da “apologia” não deixou de mencionar a participação dos brasileiros alistados no Batalhão Acadêmico:

a sua qualidade de cidadãos brasileiros os isentava de fazerem causa comum com os portugueses. Este rasgo, pois, de generosidade, e de interesse que mostram tomar pela ventura da Mãe pátria, nos agoura um prospero futuro. Ele nos afiança que o Brasil será sempre em nossas adversidades e para a perseguida inocência um seguro asilo; que será sempre o melhor e maior apoio do nosso comércio; e que ali enfim encontremos sempre amigos e irmãos, com a mesma língua, com os mesmos costumes e com a mesma Religião<sup>51</sup>.

A esperança e o entusiasmo do autor da apologia morreriam nos discursos de políticos como Bernardo Pereira de Vasconcelos que, em 1829, fez uma dura fala na Câmara dos Deputados negando apoio à vinda dos emigrados portugueses para o Brasil<sup>52</sup>. Para Oliveira Lima, “era preciso que o preconceito antiportuguês fosse muito pronunciado para que liberais dessa têmpera cerrassem deliberadamente os ouvidos aos apelos dos que em Portugal eram perseguidos”<sup>53</sup>. Bernardo Pereira de Vasconcelos parecia não ter dúvida de que o envolvimento de d. Pedro I na “questão portuguesa” escondia maquinações favoráveis à reunificação das coroas. Nem mesmo a situação do irmão, Jerônimo Pereira de Vasconcelos, e do tio, o Conselheiro de Estado Fernando Luiz de Sousa Barradas, presos políticos do regime de d. Miguel, o fez contemporizar.

Se a defesa do liberalismo, da Carta Constitucional e da legitimidade de d. Pedro e sua descendência ao trono reuniu, em Portugal, brasileiros e portugueses, a experiência do exílio, da emigração forçada, ainda que tenha reforçado a ideologia liberal, contribuindo para aquilo

<sup>50</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Apologia dirigida à Nação portuguesa para plena justificação do corpo de voluntários académicos do ano de 1826 contra as falsas e caluniosas imputações forjadas ao mesmo corpo pelos inimigos do senhor D. Pedro IV e a Carta Constitucional*. Coimbra: Imprensa de Trovão e Companhia, 1827, p.6.

<sup>51</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Apologia dirigida à Nação portuguesa para plena justificação do corpo de voluntários académicos do ano de 1826 contra as falsas e caluniosas imputações forjadas ao mesmo corpo pelos inimigos do senhor D. Pedro IV e a Carta Constitucional*. Coimbra: Imprensa de Trovão e Companhia, 1827, p. 28.

<sup>52</sup> *Apud* CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 192.

<sup>53</sup> (LIMA, 1933, p. 25).

que Maurício Isabella<sup>54</sup> chamou de uma “internacional liberal”, acabou por evidenciar os contrastes identitários entre ambos. Os sentimentos podiam variar expressando generosidade, conflito e negação. Foi justamente o que nos mostraram as cartas trocadas entre o brasileiro Sátiro Mariano Leitão e o português José Fidélis da Boa Morte, pseudônimo usado por Antônio Pereira dos Reis<sup>55</sup>.

Sátiro Mariano Leitão matriculou-se na Universidade de Coimbra no início da década de 1820, no curso de Matemática em 1821 e no curso de Filosofia em 1822. Portanto, desde sua chegada ao reino até o seu envolvimento na querela da sucessão do trono em Portugal, haviam-se passado alguns anos. Ele assistiu, de Coimbra, o processo de superação do império luso-brasileiro e a emergência do império do Brasil. Sátiro Mariano Leitão vivenciou aqueles anos de mudanças aceleradas que foram construindo a oposição entre brasileiros e portugueses. Contudo, as solidariedades primeiras ou os vínculos primários não mudavam na mesma velocidade que a política. Além disso, como afirmou Nuno Gonçalo Monteiro<sup>56</sup>, a naturalidade podia não determinar as adesões político-ideológicas, o que não significa que não existissem laços de pertencimento. Por outro lado, o próprio enraizamento na sociedade portuguesa, como sugeriu Andréa Lisly Gonçalves, “poderia tornar indiferente a proveniência estrangeira”<sup>57</sup>.

Sátiro Mariano Leitão e 90 portugueses chegaram a Plymouth no dia 11 de setembro de 1828<sup>58</sup>. Na missiva destinada a um amigo cujo nome não identificamos, narrou as desventuras do seu trajeto desde Falmouth, sua expectativa e, finalmente, sua frustração ao desembarcar em Plymouth e se deparar com o Barracão “imundo e úmido” que lhe serviria de casa. Não se tratava de uma carta confidencial, ao contrário, era uma espécie de carta-protesto cujo alvo era a administração do depósito dos emigrados: “manda-me desta carta uma tradução

<sup>54</sup> ISABELLA, Maurizio. *Risorgimento in Exile: Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

<sup>55</sup> DIAS, Pedro A. *Archeologia politico-literaria (1828-1834)*. Porto: Thypographia Central, 1888, p.16.

<sup>56</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Brasileiros e portugueses, 1822. Trajetórias individuais e produção de diferenças. In STUMPF, Roberta e MONTEIRO, Nuno G (orgs.). *1822: das Américas portuguesas ao Brasil*. Lisboa: Casa das Letras, 2022, p. 257-294.

<sup>57</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly. “Cidadãos teóricos de uma nação imprecisa”: a ação política de estrangeiros no reinado de d. Miguel, 1828-1834. *Revista Tempo*. Vol. 21 n. 38, p.171-191, 2015, p. 181. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/LXDqJJWWh7Kxfy3t7q5pp3s/abstract/?lang=pt> acessado em julho de 2023.

<sup>58</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta d’um voluntário acadêmico*. Plymouth 2 de novembro de 1828, p. 1.

do inglês que eu quero dar aos habitantes de Plymouth uma ideia exata dos vícios da administração portuguesa”<sup>59</sup>.

Sátiro Mariano Leitão seguiu narrando a desigualdade na distribuição dos subsídios<sup>60</sup>, as condições às quais estavam submetidos os acadêmicos de Coimbra e, por fim, a perseguição da qual foi vítima quando os administradores do barracão souberam que sua missiva seria publicada. A denúncia contida na carta não foi uma questão isolada, esse tema já havia se espalhado pela imprensa tendo sido registrado em sátiras e requerimentos de toda ordem.

A carta do estudante nos revela, contudo, muito mais do que o cotidiano dos emigrados no barracão de Plymouth e os conflitos travados com a administração do Depósito. Além de oferecer indícios sobre os motivos que os levou a se alistar no Batalhão Acadêmico, nos apresenta uma linguagem, uma repetição de termos, que nos permite reforçar as suas múltiplas pertencas. Recordou o Maranhão quando lhe ofereceram uma manta para se proteger do frio, “d’um pano semelhante ao de fazer sacas para o arroz e algodão na nossa terra”<sup>61</sup>. Se referiu a Portugal como a pátria que deixou “sepultada nos horrores da guerra civil”<sup>62</sup>.

A missiva foi republicada alguns dias depois com um novo título “carta de um ex-voluntário acadêmico” e com uma “advertência preliminar”. A advertência foi finalizada com a transcrição de um soneto “que há muito nos oferece um Vate Acadêmico”, pelo qual Sátiro Mariano Leitão pretendeu repetir seus juramentos e reafirmar a sua lealdade. Um dos trechos é representativo:

<sup>59</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta d’um voluntário acadêmico*. Plymouth 2 de novembro de 1828, p. 1

<sup>60</sup> O subsídio se referia ao sustento dos emigrados, assegurado pelas quantias que Palmela, chefe da emigração liberal portuguesa, retirava do dinheiro que Portugal recebia do Brasil em razão do reconhecimento da independência da ex-colônia (FARIA, 2016, p.274).

<sup>61</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta d’um voluntário acadêmico*. Plymouth 2 de novembro de 1828, p. 3. O algodão e o arroz, evocados nas lembranças do estudante, eram, no começo do século XIX, de acordo com Lorrane Ribeiro, as principais *plantations* do Maranhão, aquelas que lhe davam relativo destaque no mercado agroexportador. RIBEIRO, Lorrane Costa. *Traficantes de escravizados no Maranhão (1811-1828): negócios, política e as guerras de Independência*. TCC (Licenciatura em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024. A projeção econômica que tais culturas propiciaram ao Maranhão repercutiu também no aumento do número de estudantes maranhenses matriculados em Coimbra como nos mostram: GALVES, Marcelo Cheche e BASÍLIO, Romário Sampaio. Saberes em circulação na América portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823). *Clio: Revista de pesquisa história*: Pernambuco. Vol.32, n.1, p.156-175, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24471/19777> acessado em abril de 2024.

<sup>62</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta d’um voluntário acadêmico*. Plymouth 2 de novembro de 1828, p. 2.

(...) Sou Luso Liberal, não sou perjuro,  
Do fido coração ninguém me tira  
A lei fundamental, que alegre juro.  
A Pátria é o meu Altar, a Lei a Pyra,  
Brilhante eternidade o meu futuro; (...)<sup>63</sup>

Maranhense, brasileiro e luso liberal, o estudante Sátiro Mariano Leitão se alistou no Batalhão dos Voluntários Acadêmicos de Coimbra para defender o liberalismo, a Carta Constitucional e a legitimidade de Pedro I ao trono português. Como era de se esperar, as duras críticas feitas aos administradores do Depósito, repercutiram e, em resposta a sua carta, foi impressa e publicada a réplica intitulada “carta de José Fidélis da Boa Morte a seu compadre e amigo José da Véstia, a’cerca d’uma carta de certo voluntário, ou forçado Acadêmico”<sup>64</sup>.

Na missiva, a quem se atribui a escrita ao também liberal Antônio Pereira dos Reis<sup>65</sup>, em tom jocoso, o autor não só se esforçou em desmentir as acusações, como ridicularizou o estudante, chamado por ele de “José da Véstia”. José Fidélis fez chiste de seus trajes maltrapilhos, dos piolhos que habitavam seus cabelos e do pouco estilo de sua carta, a qual deveria ser “depositada no Arquivo da Torre das Asneira para a perpétua glória de seu autor”. Por vezes, a ironia pareceu assumir feições mais do que pessoais. Ao fazer uso, com alguma frequência das designações “sabichão brasílico”, “herói brasileiro”, “escrevedor da tupinambá epístola”, “não é qualquer caigua ou tupinambá” e “americano juvenal”, o autor da missiva parece impingir ao estudante de Coimbra uma crítica também identitária, numa espécie de antibrasilianismo. Assim, essas missivas acabam por revelar também a complexidade que atravessava o universo do “ser brasileiro” e do “ser português”<sup>66</sup>.

<sup>63</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta de um ex-voluntário acadêmico*. Plymouth, 25 de novembro de 1828, p. 1v.

<sup>64</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta de José Fidelis da Boa Morte a seu compadre e amigo José da Véstia, a’cerca d’uma carta de certo voluntário, ou forçado Acadêmico*. Plymouth, s/d.

<sup>65</sup> DIAS, Pedro A. *Archeologia politico-litteraria (1828-1834)*. Porto: Thyphographia Central, 1888, p.16.

<sup>66</sup> Reforça ainda mais essa complexidade a discussão apresentada pela historiadora portuguesa Isabel Corrêa da Silva. Brasileiro também era chamado o português que emigrava para o Brasil e depois retornava a Portugal: português no Brasil e brasileiro em Portugal. As considerações da autora, cujas pesquisas se concentram, sobretudo na segunda metade do século XIX e no estudo da emigração social e de massa, certamente acrescentam novos elementos ao universo do “ser brasileiro” e do “ser português”. SILVA, Isabel Corrêa. “O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.14, n.35, p.1-25, 2022. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314352022e0103> acessado em março de 2024.

Ofendido com o conteúdo da missiva de José Fidélis, Sátiro lançou a tréplica “duas palavras acerca da carta de José Fidélis da Boa Morte”. Incrédulo e colérico, afirmou, marcando bem o seu “ser brasileiro”:

Lembre-se senhor Fidélis, que eu sou brasileiro e nenhum interesse tinha em que v. m fosse livre ou escravo (...) que marchei a pé desde Coimbra até as raias da Galiza, carregado com uma arma, 60 cartuxos (...) desde as raias da Galiza continuei a marchar a pé até Ferrol, sofrendo a guerra da fome, da calma, do frio, etc. Os meus pés verteram muitas vezes sangue, o meu corpo passou muitas noites sobre o tojo, e enquanto eu fazia estes sacrifícios pela sua pátria, sr. compatriota da preguiça, estava v. m em Lisboa (...) vendo a sangue frio as entranhas da Mãe comum dos portugueses dilaceradas pelo tirano. Alma vil, e abjeta, quando eu esquecendo-me de que a minha pátria estivera 300 e tantos anos curvada sob os ferros de Portugal, levei a minha generosidade ao ponto de perdoar aos portugueses as cicatrizes de meus compatriotas, os quais na Bahia ainda tem feridas gotejando; quando em tua defesa perdi o meu curso literário, e os bens que tinha em Coimbra, passando trabalhos, que apenas se poderiam imaginar (...) Nós cá vamos para o Brasil; venha v. m, se quer, traga as ordens do dia de Cândido, que eu as levo também para lá as conferirmos, e discutirmos à vista do meu imperador e seu rei<sup>67</sup>.

E continuou, impávido:

(...) quando a pátria clama a seus filhos, quais serão as considerações que os retenham? Ah! Patifes, o que isso quer dizer, sei eu, mas nem todos são servis como v, m, ces, nem todos são grimpas, que se movem com todos os ventos: quem é verdadeiro liberal não espera – corre logo em defesa da liberdade<sup>68</sup>.

Acreditamos que a “generosidade” de que fala Sátiro Mariano Leitão, tão grandiosa que seria capaz de “perdoar”, retoricamente, os “300 e tantos anos” de colonização, “as cicatrizes dos compatriotas da Bahia”, a perda de seu curso literário e de seus bens se amparava numa solidariedade que, ainda que percebesse o brasileiro como distinto do português, não se limitava a uma *pátria*. O que os unia era a defesa do liberalismo. Como dissemos, muitos historiadores, a exemplo de Maurízio Isabella<sup>69</sup> e Carmine Cassino<sup>70</sup>, já vêm apontando a existência de uma “internacional liberal” na Europa ou, nas palavras de Andréa Lisly Gonçalves<sup>71</sup>, uma “internacional antimiguelista” que reuniu adeptos na Espanha, no Brasil, na América Hispânica,

<sup>67</sup>Biblioteca Nacional de Portugal. *Duas palavras acerca da carta de José Fidélis da Boa Morte*. Plymouth, 31 de dezembro de 1828, p. 9 e 10.

<sup>68</sup> Biblioteca Nacional de Portugal. *Duas palavras acerca da carta de José Fidélis da Boa Morte*. Plymouth, 31 de dezembro de 1828, p. 7.

<sup>69</sup> (ISABELLA, 2009).

<sup>70</sup> CASSINO, Carmine. À procura da nação. A comunidade italiana em Lisboa e o exílio político na altura do vintismo. In: *A Revolução de 1820*. Leituras e Impactos. Miriam Halpern Pereira (Et al.) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022, p.527-543.

<sup>71</sup> (GONÇALVES, 2015).

na França, na Inglaterra, na Itália etc. No geral, defendiam um monarca que fosse capaz de garantir o regime constitucional detendo o avanço do absolutismo. É baseado nisso que liberais portugueses e espanhóis no exílio, por exemplo, chegaram a considerar uma possível União Ibérica sobre o governo de d. Pedro, logo após ele ter outorgado a Carta a Portugal<sup>72</sup>.

Sobre a união das coroas do Brasil, da Espanha e de Portugal, o diplomata brasileiro Sérgio Corrêa da Costa<sup>73</sup> fez algumas considerações importantes em seu livro, publicado pela primeira vez em 1942, intitulado “As quatro coroas de d. Pedro I”. O autor mencionou um memorial, depositado no Arquivo do Itamaraty, datado de 24 de agosto de 1826, no qual os “patriotas peninsulares” convidaram d. Pedro, a cingir “la triple corona”. Em 1830, sociedades secretas na Espanha e em Portugal reforçaram o convite e ofereceram a d. Pedro o título de Imperador da Ibéria. Para Sérgio da Costa, quando d. Pedro deixou o Brasil, abdicando o trono em nome do filho, ele tinha a intenção de iniciar a campanha peninsular, mas não contava que a guerra contra o irmão lhe deixaria exaurido. Com a morte do ex-imperador do Brasil, afirmou o diplomata “a reconstituição do antigo império hispânico, entrevisto por Felipe II, o Quinto Império dos mitos sebastianistas de Portugal, continuava a ser apenas um grande sonho”<sup>74</sup>.

Para a historiadora Silvana Mota Barbosa<sup>75</sup>, d. Pedro I pretendia deixar uma regência no Brasil e partir para Portugal a fim de assumir a coroa herdada de d. João VI. Baseada em um manuscrito escrito por Benjamin Constant, a autora acredita que assegurar o trono português era também garantir a continuidade da Monarquia Constitucional no Brasil, a única monarquia

<sup>72</sup> BRANCATO, Braz A. Aquino. Exilados Espanhóis em Busca de um Rei Constitucional, *Separata da Revista Estudos Ibero-Americanos*, Vol. 11, nº1, p. 77-108, 1985. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36170/18999> acessado em outubro de 2023 acessado em março de 2024.

<sup>73</sup> COSTA, Sérgio Corrêa. *As quatro coroas de d. Pedro I*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2022. Disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/pdf/mostraPdf/1/1194/quatro\\_coroas\\_de\\_d.\\_pedro\\_i\\_as](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/pdf/mostraPdf/1/1194/quatro_coroas_de_d._pedro_i_as) acessado em agosto de 2023.

<sup>74</sup> (COSTA, 2022, p.178). A quarta coroa mencionada por Sérgio Costa se refere à Grécia cujo trono teria sido oferecido ao príncipe d. Pedro em abril de 1822. A proposta parecia resolver os problemas de gregos e portugueses. Os primeiros, imersos em uma grande crise política, libertos do jugo turco, buscavam assegurar sua independência e, para tanto, pretendiam formar um Estado semelhante ao de Constantinopla, fundado pelo “Grande São Constantino Floro, português de nascimento”. Para os portugueses, a oferta não poderia ter vindo em melhor momento. As Cortes vintistas viram nela uma possibilidade real de fazer com que o príncipe retornasse à Europa desistindo do Brasil. Além de ampliar os domínios do império português, incorporando a Grécia, a medida ainda podia assegurar a manutenção do império luso-brasileiro, mas com sede em Lisboa.

<sup>75</sup> BARBOSA, Silvana Mota. Autoridade e poder real: Benjamin Constant e a Carta Constitucional portuguesa de 1826. Juiz de Fora: *Lócus-Revista de História*, v.10, n.2, p.7-22, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20621> acessado em fevereiro de 2024.

em um continente republicano. Assim, a própria outorga da Constituição a Portugal, além de ser uma tentativa clara de estreitar os laços entre os dois países, também previa a união entre as duas coroas, ainda que na Carta d. Pedro tenha abdicado em nome de sua filha Maria da Glória. Além disso, uma ambição pessoal também parecia mover d. Pedro, ser, ao mesmo tempo, rei e imperador.

Apesar da referência a “meu imperador e seu rei”, com a qual Sátiro Mariano Leitão concluiu a sua carta, que, de resto, indica uma causa comum, a de defesa, sob o signo do liberalismo, de d. Pedro, a análise unicamente das missivas do estudante maranhense não nos permite afirmar que haveria ali um projeto claro de reunificação das coroas, Brasil e Portugal, e mesmo de um grande império que se estenderia à Espanha, ainda que ele possivelmente não os desconhecesse. O maranhense não regressou ao Brasil. Forçado a emigrar, vítima das forças contrarrevolucionárias de d. Miguel, teria morrido<sup>76</sup>, no porão de um navio, em Plymouth.

Nem todos tiveram a sina de Sátiro Mariano Leitão e, por isso, puderam realizar a sua intenção: voltaram para o Brasil compondo, como já dissemos, os quadros da elite política descritos por José Murilo de Carvalho. Aqueles que se alistaram no Batalhão Acadêmico tiveram seus nomes riscados da Universidade<sup>77</sup> e, por esse motivo, concluíram o curso em outros países como a França e o Brasil. A Universidade de Coimbra foi um dos principais alvos da política repressiva d. Miguel. Fechada (desde maio de 1828 até outubro de 1829), em razão da Revolução Liberal do Porto, passou por várias reformas cujos objetivos eram censurar e banir livros estrangeiros e ideias iluministas. Era preciso fazer da Universidade, cujo lema passou a ser “conhecer, vigiar e doutrinar”, um espaço de reforço da ideologia do Trono e do Altar. Segundo Ivone Ornellas de Andrade “o movimento contrarrevolucionário supunha possível que a *Alma Mater*, fanatizada, se convertesse na sua ‘igreja secular’”<sup>78</sup>.

<sup>76</sup> É o que sugere algumas passagens dos poemas escritos pelos estudantes. Biblioteca Nacional de Portugal. Miscelânea. *As noites do Barracão passadas pelos emigrados portugueses em Inglaterra em versos alexandrinos*. Paris: Oficina de J. P. Aillaud, 1834, p.11 e p.21.

<sup>77</sup> De acordo com Rui Casção (1985), o governo de d. Miguel mandou riscar da Universidade 425 indivíduos acusados de envolvimento na Revolução Liberal de 1828.

<sup>78</sup> ANDRADE, Maria Ivone de Ornellas de. *O Miguelismo na Universidade*. Coimbra: Congresso História da Universidade, p. 281-293, 1991, p. 290. Ver também: CRUZEIRO, Maria Eduarda. A Universidade sitiada: a Universidade de Coimbra entre os dois liberalismos (1820-1834). Lisboa: *Análise Social*, XXIX (125-126), p. 385-415, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41011059> acessado em setembro de 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do estudante brasileiro Sátiro Mariano Leitão na luta pela defesa do liberalismo em Portugal nos permite afirmar os fortes vínculos que ainda uniam Brasil e Portugal na segunda metade da década de 1820. Para além das conexões transatlânticas, o estudo de suas cartas, escritas no exílio no sul da Inglaterra, nos permite lançar luz sobre o processo de construção do Estado, da nação e da identidade brasileiros. Tratou-se, como se sabe, de um processo violento capaz de reiterar a escravidão e dizimar milhares de indígenas. Um processo que também se fez baseado na construção da distinção entre portugueses e brasileiros.

O trânsito, a transmigração e a circulação desses estudantes, desde seus locais de origem até Coimbra e, posteriormente, o deslocamento imposto pelo exílio nos impõe uma abordagem dos processos em escala transnacional e transcontinental<sup>79</sup>. A luta desses brasileiros na Europa contra as forças reacionárias de d. Miguel inseriu o Brasil nos quadros de uma “internacional liberal” revelando, ainda, os “múltiplos” pertencimentos de Sátiro Mariano Leitão: maranhense, brasileiro e luso liberal. Assim, temos, de um lado, a permanência de vínculos, uma referência comum “luso liberal”, e, ao mesmo tempo, uma transformação incontornável: a distinção política entre brasileiros e portugueses. Certamente, essa aparente ambiguidade é fruto do processo mais amplo de desagregação do império Luso-brasileiro. Portanto, como nos sugeriu Maurizio Isabella em artigo recente<sup>80</sup>, é preciso considerar os processos em termos menos ambivalentes e mais fluidos. Inseridos numa comunidade transatlântica e, ao mesmo tempo, buscando definir identidades políticas em construção, os estudantes brasileiros exilados no sul da Inglaterra foram portadores de distintas motivações que coexistiram e que ajudaram a conduzir suas ações.

<sup>79</sup> GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar.2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/SyxTynYw6ZqQ6cQXYvyYYBj/?format=pdf&lang=pt> acessado em fevereiro de 2023.

<sup>80</sup> ISABELLA, Maurizio. Crossing the Mediterranean in the Age of Revolutions. The Multiple Mobilities of the 1820s. In: JANSEN, Jan C e MCKENZIE, Kirsden (Org.). *Mobility and coercion in an age of wars and revolutions*. Cambridge University Press, 2024. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/mobility-and-coercion-in-an-age-of-wars-and-revolutions/crossing-the-mediterranean-in-the-age-of-revolutions/182268810753A8F02052C14A8CD03FBA> acesso em outubro de 2024.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

Arquivo da Universidade de Coimbra. *Certidão de idade de Sátiro Mariano Leitão*. Certidões de idade (1772-1833). IV.1D, 5, 2, 43.

Arquivo da Torre do Tombo. *Relação dos indivíduos chegados a Plymouth na noite do dia 10 para 11 vindos de Falmouth a bordo do barco movido por vapor*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. MNE. Cx. 161. 33/34.

Arquivo da Torre do Tombo. *Relação nominal dos homens chegados a (?) em 30 de agosto vindos de Ferrol na galera sueca, presentes em Plymouth em 2 de setembro de 1828*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. MNE. Cx. 161. 33/34.

Arquivo da Torre do Tombo. *Relação dos indivíduos chegados a Plymouth no dia 2 de Setembro de 1828, vindos a bordo do barco movido a vapor, saído de Falmouth*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. MNE. Cx. 161. 33/34.

Arquivo da Torre do Tombo. *Relação dos indivíduos pertencentes e adidos à Divisão Portuguesa e que com ela emigraram até este porto de Ferrol, de onde embarcaram para a Inglaterra na embarcação Aurora*. Ferrol, 24 de agosto de 1828. Ministério dos Negócios Estrangeiros. MNE. Cx. 161.33/34.

Arquivo da Torre do Tombo. *Estudantes brasileiros que permaneceram em Coimbra*. Intendência Geral de Polícia, mç 287, outubro de 1828.

Arquivo da Torre do Tombo. *Correio de 27 de agosto de 1828*. Secretarias e extractos. Intendência Geral de Polícia. Livro 230.

Biblioteca Nacional do Brasil. *Representação dos estudantes de direito da faculdade de Coimbra que pretendem continuar os estudos em Olinda por serem brasileiros*. Manuscritos. Coimbra-Rio de Janeiro: (s.n), 1828.

Biblioteca Nacional de Portugal. *Relação de todos os indivíduos que compuseram o Batalhão de Voluntários Acadêmicos, organizado e armado no ano letivo de 1826 para 1827. Publicada por um dos próprios alistados, em Coimbra, na Imprensa de Trovão e Companhia, 1827. E agora fielmente reimpressa e acrescentada com algumas notas corretivas e ilustrativas*. Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1828.

Biblioteca Nacional de Portugal. *Relação das pessoas que notória e indubitavelmente tomaram parte na nefanda rebelião que teve princípio na cidade do Porto em 16 de maio de 1828*. Lisboa: Typografia de Bulhões, 1828.

Biblioteca Nacional de Portugal. *Apologia dirigida à Nação portuguesa para plena justificação do corpo de voluntários acadêmicos do ano de 1826 contra as falsas e caluniosas imputações forjadas ao mesmo corpo pelos inimigos do senhor D. Pedro IV e a Carta Constitucional*. Coimbra: Imprensa de Trovão e Companhia, 1827.

Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta d'um voluntário acadêmico*. Plymouth 2 de novembro de 1828.

Biblioteca Nacional de Portugal. *Carta de José Fidelis da Boa Morte a seu compadre e amigo José da Véstia, a'cerca d'uma carta de certo voluntário, ou forçado Acadêmico*. Plymouth, s/d.

Biblioteca Nacional de Portugal. *Duas palavras acerca da carta de José Fidelis da Boa Morte*. Plymouth, 31 de dezembro de 1828.

Biblioteca Nacional de Portugal. *Miscelânea. As noites do Barracão passadas pelos emigrados portugueses em Inglaterra em versos alexandrinos*. Paris: Oficina de J. P. Aillaud, 1834.

Biblioteca Pública Benedito Leite. *Manuscrito 153*. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/> acessado em maio de 2024.

*Requerimento feito pelos Voluntários Acadêmicos de Coimbra existentes em Plymouth*. Plymouth, 1829. Disponível em: <https://rnod.bnportugal.gov.pt/rnod/winlibsrch.aspx?skey=5B0296B3E68C499AAA05851B24911A8A&pesq=3&var18=2&var0=dt%20%3E%3D%20%272020-02-01%27&nohist=true&dtype=lista&res=0&var17=0000059&cap=2&pag=66&tpp=9&sort=9> acessado em agosto de 2023.

## OBRAS GERAIS

ANDRADE, Maria Ivone de Ornellas de. *O Miguelismo na Universidade*. Coimbra: Congresso História da Universidade, p. 281-293, 1991.

ARAÚJO, Ana Cristina. A legião de Minerva e o patriotismo acadêmico. In: *Resistência patriótica e Revolução Liberal (1808-1820)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022.

BARBOSA, Silvana Mota. Autoridade e poder real: Benjamin Constant e a Carta Constitucional portuguesa de 1826. Juiz de Fora: *Locus-Revista de História*, v.10, n.2, p.7-22, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20621> acessado em fevereiro de 2024.

BRANCATO, Braz A. Aquino. Exilados Espanhóis em Busca de um Rei Constitucional, *Separata da Revista Estudos Ibero-Americanos*, Vol. 11, nº1, p. 77-108, 1985. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36170/18999> acessado em outubro de 2023 acessado em março de 2024.

BROWN, Matthew e PAQUETTE, Gabriel. *Connections after colonialism: Europe and Latin America in the 1820s*. Alabama: The University of Alabama Press, 2013.

CARDOSO, Antônio Manuel Monteiro. *A revolução liberal em Trás-os-Montes (1820-1834)*. Povo e elite. Porto: Afrontamento, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CARVALHO, José Murilo (Org.). *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

CASCÃO, Rui. A revolta de maio de 1828 na Comarca de Coimbra. Contribuição para uma sociologia da Revolução Liberal. *Revista de História das Ideias*, n. 7, p.111-153, 1985. Disponível em: [https://www.academia.edu/69535565/A\\_revolta\\_de\\_Maio\\_de\\_1828\\_na\\_comarca\\_de\\_Coimbra\\_a\\_contribui%C3%A7%C3%A3o\\_para\\_uma\\_sociologia\\_da\\_revolu%C3%A7%C3%A3o\\_liber\\_al](https://www.academia.edu/69535565/A_revolta_de_Maio_de_1828_na_comarca_de_Coimbra_a_contribui%C3%A7%C3%A3o_para_uma_sociologia_da_revolu%C3%A7%C3%A3o_liber_al) acessado em maio de 2023.

CASSINO, Carmine. À procura da nação. A comunidade italiana em Lisboa e o exílio político na altura do vintismo. In: *A Revolução de 1820*. Leituras e Impactos. Miriam Halpern Pereira (Et al.) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022, p.527-543.

CORREIA, Lívio. Relação de todos os indivíduos que compuseram o Batalhão de Voluntários Acadêmicos, organizado e armado em Coimbra no ano letivo de 1826 para 1827. Separata. *Revista DisLivro Histórica*, v.1, p. 315-361, 2008.

COSTA, Sérgio Corrêa. *As quatro coroas de d. Pedro I*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2022. disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/pdf/mostraPdf/1/1194/quatro\\_coroas\\_de\\_d.\\_pedro\\_i\\_as](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/pdf/mostraPdf/1/1194/quatro_coroas_de_d._pedro_i_as) acessado em agosto de 2023.

CRUZEIRO, Maria Eduarda. A Universidade sitiada: a Universidade de Coimbra entre os dois liberalismos (1820-1834). Lisboa: *Análise Social*, XXIX (125-126), p. 385-415, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41011059> acessado em setembro de 2023.

DIAS, Pedro. *Subsídios para a História Política do Porto (1823-1828)*. Porto: Typographia Central, 1896.

DIAS, Pedro A. *Archeologia politico-litteraria (1828-1834)*. Porto: Thypographia Central, 1888.

FARIA, Fabio Alexandre. O exílio liberal português de 1828-1832, um fenómeno multidimensional: práticas sociais e culturais. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol.16, 2016, p. 271-292. Disponível em: [https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259\\_16\\_12](https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259_16_12) acessado em agosto de 2023.

FERNANDES; Paulo Jorge e ALMEIDA, Pedro Tavares. A Carta Constitucional outorgada em 1826. In: *O parlamento português*. Antigo regime e monarquia constitucional. Lisboa: Assembleia da República, 2023.

GALVES, Marcelo Cheche e BASÍLIO, Romário Sampaio. Saberes em circulação na América portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823). *Clio: Revista de pesquisa história*: Pernambuco. Vol.32, n.1, p.156-175, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24471/19777> acessado em abril de 2024.

GONÇALVES, Andréa Lisly e SILVA, Luiz Gustavo Martins. A contrarrevolução miguelista e o exílio político liberal: Portugal e Brasil (1828-1834). *Almanack*, (36). Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/15583> acessado em maio de 2024.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *A nostalgia por um mundo no qual a ordem reinava soberana*: Antigo Regime e contrarrevolução na época das restaurações (c. 1790-1840). In: VILLALTA, Luiz Carlos, ANTUNES, Álvaro de Araújo e CICCIA, Marie-Noelle (orgs.). *A globalização das luzes*. Niterói: Eduff, 2022.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Liberalismo, contrarrevolução e exílio político no reinado de d. Miguel: Portugal e Brasil (1828-1834). In: *A Revolução de 1820*. Leituras e Impactos. Miriam Halpern Pereira (Et al.) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022, p. 255-268.

GONÇALVES, Andréa Lisly. “Cidadãos teóricos de uma nação imprecisa”: a ação política de estrangeiros no reinado de d. Miguel, 1828-1834. *Revista Tempo*. Vol. 21 n. 38, p.171-191, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/LXDqJJWWh7Kxfy3t7q5pp3s/abstract/?lang=pt> acessado em julho de 2023.

GONÇALVES, Andréa Lisly. A luta de brasileiros contra o miguelismo em Portugal (1828-1834): o caso do homem preto Luciano Augusto. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n° 65, p. 211-234, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/KV4TBCwtPG9hRyCcyzQSZbp/abstract/?lang=pt> acessado em maio de 2023.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar.2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/SyxTynYw6ZqQ6cQXYvyYYBj/?format=pdf&lang=pt> acessado em fevereiro de 2023.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *O Brasil Monárquico*. O processo de emancipação. Tomo II, v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 13-47.

ISABELLA, Maurizio. *Risorgimento in Exile: Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

ISABELLA, Maurizio. Crossing the Mediterranean in the Age of Revolutions. The Multiple Mobilities of the 1820s. In: JANSEN, Jan C e MCKENZIE, Kirsden (Org.). *Mobility and coercion in an age of wars and revolutions*. Cambridge University Press, 2024. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/mobility-and-coercion-in-an-age-of-wars-and-revolutions/crossing-the-mediterranean-in-the-age-of-revolutions/182268810753A8F02052C14A8CD03FBA> acessado em outubro de 2024.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de história das ideias*. Coimbra, v.21, p.389-440, 2000.

LIMA, Hugo Pires de. *Processos políticos do Reinado de D. Miguel*. Coimbra: 1972.

LIMA, Oliveira. *D. Miguel no trono (1828-1833)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

LOUSADA, Maria Alexandre e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *D. Miguel*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

LOUSADA, Maria Alexandre. Entre tradição e modernidade: a cultura política contrarrevolucionária em Portugal, 1820-1834. In: *A Revolução de 1820*. Leituras e Impactos. Miriam Halpern Pereira (Et al.) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022, p. 195-214.

MAIA, Joaquim José da Silva. *História da Revolução do Porto em maio de 1828*. Dos emigrados portugueses pela Espanha, Inglaterra, França e Bélgica. Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert, 1841.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Brasileiros e portugueses, 1822. Trajetórias individuais e produção de diferenças. In STUMPF, Roberta e MONTEIRO, Nuno G (orgs.). *1822: das Américas portuguesas ao Brasil*. Lisboa: Casa das Letras, 2022, p. 257-294.

PAQUETTE, Gabriel. *Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions: the Luso-Brazilian world, c. 1770–1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

PIMENTA, João Paulo. *Formação da Nação Brasileira*. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

PROTÁSIO, Daniel Estudante. *A diplomacia de D. Miguel e a polémica dos bloqueios navais (1828-1834)*. Memórias. Lisboa: Academia da Marinha, p.353-365, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/43212> acessado em julho de 2023.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Lorrane Costa. *Traficantes de escravizados no Maranhão (1811-1828): negócios, política e as guerras de Independência*. TCC (Licenciatura em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024.

RÚJULA, Pedro. *Contrarrevolución, Realismo y Carlismo en Aragón y el Maestrazgo, 1820-1840*. Zaragoza: Prensas Universitarias, 1998.

SERRÃO, Joel. Batalhões Acadêmicos. *Dicionário de História de Portugal*. Vol.1. Lisboa: Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso e Moita, 1963.

SILVA, Isabel Corrêa. “O Brasileiro”: sociabilidade, categorização social e estatuto transnacionais oitocentistas. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.14, n.35, p.1-25, 2022. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314352022e0103> acessado em março de 2024.

SILVA, Luiz Gustavo Martins da. *Entre penas e impressos: a experiência política dos liberais na Europa e no Brasil (1826-1837)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

SORIANO, Luz Simão José da. *Revelações da minha vida*, e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos. Porto, 1891, p. 189. Disponível em: <https://archive.org/details/revelaesdami00luzs/page/318/mode/2up?q=acad%C3%AAsAmicos> acessado em maio de 2023.

TORGAL, Luís Reis. *Essa palavra liberdade...Revolução Liberal e Contrarrevolução Absolutista (1820-1834)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2021.

VALENTE, Vasco Pulido. Os levantamentos «miguelistas» contra a Carta Constitucional (1826-1827). *Análise Social*, vol.30, p. 631-651, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41011111> acessado em agosto de 2023.

VELOZO, Pedro da Fonseca Serrão. *Collecção de Listas que contem os nomes das pessoas, que ficarão pronunciadas nas devassas, e summarios, a que mandou o Governo Usurpador depois da heroica contra-revolução, que arrebetou na mui nobre, a leal Cidade do Porto em 16 de Maio de 1828, nas quaes se faz menção do destino, que a Alçada, creada pelo mesmo Governo para as julgar, deu a cada uma dellas*. Porto: Tipografia de Viúva Alvares Ribeiro & Filmo, 1833.

WILDBERGER, Arnold. *Os Presidentes da Província da Bahia: efetivos e interinos 1824-1889*. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1949.

Recebido em: 20/07/2024 - Aprovado em: 02/11/2024